



141



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193398-6**

**APELANTE:** Ministério Público de Pernambuco

**APELADO:** Ademilson José Geraldo

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

5717

**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. NEGATIVA DE AUTORIA. ABSOLVIÇÃO. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. VEREDICTO NÃO APOIADO NO CONJUNTO PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS. SUBMISSÃO A NOVO JULGAMENTO. PROVIMENTO. RESTABELECIMENTO DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO APELADO. ASSEGRAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECISÃO UNÂNIME.

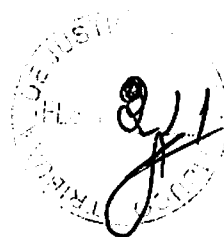
I- O Conselho de Sentença, ao acolher a tese de negativa de autoria, não optou por uma versão razoável, mas acolheu por inteiro uma tese totalmente contrária à prova dos autos, revelando-se incoerente e arbitrário, sem nenhum respaldo no conjunto probatório, motivo pelo qual se faz necessária a anulação da decisão proferida pelo Tribunal do Júri;

II-A fuga do réu do distrito da culpa é elemento suficiente para a decretação da sua prisão preventiva, para garantir a aplicação da lei penal;

III. Recurso provido. Decisão Unânime.



142



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 0193398-6, da Comarca de Ipojuca/PE, em que figura, como apelante, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, e como apelado, Ademilson José Geraldo, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia \_\_/\_\_/\_\_, por decisão unânime, em dar provimento ao presente apelo, para o fim de submeter o réu a novo julgamento, tudo conforme consta do relatório e do voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife 01 de Maio de 2010

  
**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



143



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193398-6**

**APELANTE:** Ministério Público de Pernambuco

**APELADO:** Ademilson José Geraldo

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

O Ministério Público denunciou Ademilson José Geraldo, conhecido como "Dedê", qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 121, §2º, incisos I e IV, do Código Penal Brasileiro.

Segundo a exordial acusatória, no dia 10.07.06, no Engenho Piedade, município de Ipojuca, o acusado, mediante uso de uma faca-peixeira, golpeou a vítima Roberto Luiz da Silva, provocando-lhe lesões que o levaram a óbito, por motivo torpe e mediante recurso que impossibilitou sua defesa.

O réu teve sua prisão preventiva decretada, através da decisão de fls. 71/72.

As testemunhas arroladas pelo Órgão Ministerial foram ouvidas, às fls. 113/124 e o réu foi interrogado, às fls. 125/126.

Após a regular instrução, foram apresentadas as respectivas Alegações Finais, às fls. 128/130 e 132.

O acusado foi pronunciado, nos termos da denúncia, através da Sentença de fls. 134/140.

Termo de Julgamento, à fl. 161 e Sentença à fl. 162.



144



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

Inconformado, o Ministério Público interpôs, tempestivamente, recurso de apelação, à fl. 169, contra decisão do Conselho de Sentença que absolveu o acusado Ademilson José Geraldo, sob a alegação de que aquela é manifestamente contrária à prova dos autos.

A defesa, por sua vez, nas suas contrarrazões, acostadas às fls.181/182, pugna pela manutenção da decisão dos jurados.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual, em parecer de lavra da Procuradora de Justiça, em matéria Criminal, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou **provimento** do apelo, às fls.193/199.

É o relatório.

Ao Revisor.

Recife 26 de março de 20 09

  
**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



145



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0193398-6**

**APELANTE:** Ministério Público de Pernambuco

**APELADO:** Ademilson José Geraldo

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**VOTO DO RELATOR**

Srs. Desembargadores,

Como visto, trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público de Pernambuco contra decisão do Tribunal de Júri da Comarca de Ipojuca/PE que absolveu Ademilson José Geraldo da acusação de homicídio duplamente qualificado, por motivo torpe e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Nas razões de fls. 174/179, o Representante do Órgão Ministerial sustenta, em apertada síntese, que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, razão pela qual pleiteia a submissão do apelado a um novo julgamento.

A defesa, por sua vez, pugna pelo improvimento do recurso, sob a alegação de que a decisão do Conselho de Sentença encontra suporte nos elementos contidos nos autos.

Verificando cuidadosamente a prova produzida e comparando as razões apresentadas pelo apelante com a decisão ora impugnada, chego à conclusão de que o presente recurso **deve ser provido**.  
Vejamos:

Consta nos autos que, na tarde do dia 10.07.06, no município de Ipojuca, houve um jogo de futebol entre os moradores do Engenho Piedade



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

e Engenho Queluz. Após a referida partida, sem que houvesse qualquer incidente, a pessoa de Márcio Patrício Nepomuceno promoveu uma confraternização entre os jogadores.

Naquela ocasião, o acusado passou a brincar inoportunamente com a pessoa de Ednaldo Eufronisno da Silva, conhecida como Dinho, momento em que o anfitrião pediu para que aquele se retirasse do local.

Após o incidente, alguns dos participantes do jogo de futebol, incluindo a vítima, Roberto Luiz da Silva, conhecida por "trator", deslocaram-se para a residência de Cláudio José de Alcântara, vulgo Cal Maleta. Destaque-se que o ofendido estava completamente embriagado, razão pela qual foi carregada por Amaro José da Silva Maurício (Maro) e Edvaldo José Geraldo (Val).

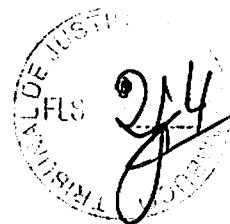
No caminho, segundo o depoimento da testemunha Amaro José da Silva Maurício (fls. 29/30), o acusado surgiu com uma faca dizendo que "furaria" qualquer um que aparecesse em sua frente, razão pela qual Amaro e Edvaldo deixaram a vítima no chão, completamente vulnerável, e se deslocaram para a casa de Cláudio José.

Após alguns minutos, Cláudio José afirmou, à fl. 115, que o acusado chegou à sua residência, vindo da direção de onde o corpo da vítima se encontrava. E, após a solicitação de Márcio Patrício, entregou sua faca, dentro da batinha, a qual foi devidamente apresentada à autoridade policial, conforme Auto de Apreensão de fl. 31.

Somente mais tarde, quando o acusado já havia ido embora, é que todos vieram a descobrir que a vítima foi golpeada brutalmente na garganta, conforme restou comprovado no Laudo de Perícia Tanatoscópica de fl. 36, Ilustração Fotográfica de fl. 37 e Laudo de Exame em Local de Homicídio de fls. 39/49.



147



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

Tão logo soube da morte de Roberto Luiz da Silva, a testemunha Márcio Patrício afirmou que retirou a faca da bainha, entregue pelo acusado, e pôde observar que a mesma estava suja de sangue (fl. 19/20), vindo a concluir, assim, que este foi o responsável pelo crime.

Destaque-se que as testemunhas arroladas pelo Órgão Ministerial foram uníssonas em apontar a responsabilidade do acusado Ademilson, conhecido como "Dedé", pelo delito em comento.

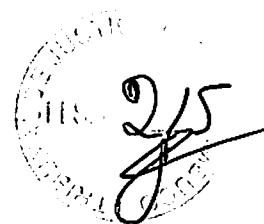
Neste ponto, trago à baila trecho do depoimento de Ednaldo Eufrosino da Silva, conhecido como "Dinho", à fl. 24:

*"a pessoa de Maro e Val saíram conduzindo a pessoa de Trator na frente, em direção ao Engenho Queliz, o qual estava muito bêbado e que o declarante observou que a pessoa de Dedé foi atrás, que afirma que o declarante que três minutos depois retorna as pessoas de Maro e Val dizendo que tinha deixado a pessoa de Maro (vítima)- deitada no caminho, que depois de algum tempo a pessoa de Dedé retornou com uma faca peixeira, momento em que a pessoa de Patrício tomou-lhe a faca (...) quando chegaram na localidade onde Val e Maro tinham deixado a pessoa de Trator o encontrara deitado (...) que todos chamaram pela pessoa de Trator (...) mas o mesmo não respondia (...) observaram que o mesmo estava com um corte no pescoço".*

Faz-se oportuno salientar que o apelado, após o fato em comento, empreendeu fuga do local, conforme podemos extrair da declaração de seu próprio genitor, Adeilton José Geraldo, à fl. 25, vindo a permanecer foragido até que fosse cumprido o Mandado de Prisão Preventiva exarado em seu desfavor.



148



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

Apesar das provas produzidas apontarem para sua responsabilidade, o apelado negou a prática do crime, afirmando, em juízo, que entregou a faca para a pessoa de Márcio Patrício sem a bainha, e que a mesma não estava ensanguentada (fls. 125/126). Tal versão foi mantida em plenário, às fls. 157/159, embora, contraditoriamente, o acusado tenha afirmado que entregou a faca dentro da bainha.

Por fim, saliento que a defesa não arrolou qualquer testemunha que desse o mínimo de suporte às alegações do acusado.

Pois bem.

Como se observa, infere-se dos autos, a existência de duas versões a respeito do ocorrido, sendo, a da acusação, no sentido de que o ora apelado praticou o delito de homicídio doloso, duplamente qualificado, e a da defesa, sustentando a negativa de autoria.

No entanto, como se percebe, a versão acolhida pelos jurados, apoiou-se, tão-somente, nas alegações do recorrido, as quais se mostraram totalmente isoladas e divergentes de todos os depoimentos coligidos.

Ora, analisando os depoimentos prestados pelas testemunhas acima referidas, constata-se com facilidade que a prova carreada aos autos é francamente desfavorável ao réu. Razão pela qual, concluo, com tranqüilidade que, no caso em tela, o Conselho de Sentença não optou por uma versão razoável, mas acolheu por inteiro uma tese totalmente contrária à prova dos autos, revelando-se incoerente e arbitrário, sem nenhum respaldo no conjunto probatório.

Desse mesmo entendimento comungou a nobre Procuradora de Justiça, que asseverou (fls. 193/199):





149



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

*“compulsando atentamente os autos, pode-se concluir, sem nenhum esforço, que a absolvição do apelado foi injusta em demasia, constituindo-se, isto sim, em clara indulgência plenária típica do julgamento do júri, principalmente quando envolve pessoas pertencentes ao mesmo grupo social e à mesma comunidade (...) efetivamente suas decisões são soberanas, entretanto, não podem se afastar da lógica e do bom senso”*

Ante o exposto, caracterizado o **error in iudicando**, **dou provimento ao apelo ministerial** para o fim determinar que Ademilson José Geraldo seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, eis que a decisão mostrou-se manifestamente contrária à prova dos autos.

Por fim, destaco que o acusado empreendeu fuga do local do crime, vindo a permanecer nesta condição, até o dia 26 de julho de 2008, ou seja por quase 02 (dois) anos, quando foi devidamente cumprido o Mandado de Prisão Preventiva exarado em seu desfavor.

Assim, considerando que o réu permaneceu preso, preventivamente, **durante toda a instrução criminal**, e que na própria sentença de pronúncia foi devidamente fundamentada a necessidade da manutenção de sua prisão, **determino o restabelecimento da custódia preventiva do réu Ademilson José Geraldo, diante da possibilidade concreta deste empreender fuga e frustrar a aplicação da lei penal.**

Neste sentido, trago à baila o seguinte precedente proveniente do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DELITO TIPIFICADO NO ART. 10 DA LEI 9.296/96. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU FORAGIDO. REITERAÇÃO CRIMINOSA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR JUSTIFICADA NA



150



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL, NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL E NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ART. 312 DO CPP. RECURSO IMPROVIDO

1. A fuga do réu do distrito da culpa ou sua oposição ao chamamento processual são elementos suficientes para a decretação da sua prisão preventiva, tanto pela conveniência da instrução criminal como para garantir a aplicação da lei penal.

2. Comprovada a reiteração criminosa, justifica-se a manutenção da prisão do paciente para a garantia da ordem pública. Precedentes do STJ.

3. Recurso improvido.

(RHC 26.301/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 03/11/2009)

Recife, 05 de maio de 2012.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



151

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

218

**APELAÇÃO CRIME:** Nº 193398-6 – Ipojuca

**APELANTE:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**APELADO:** Ademilson José Geraldo

**RELATOR:** Des. Antonio Melo e Lima

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**PROC. DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal

**VOTO REVISÃO**

**Srs. Desembargadores,**

**Sr. Procurador,**

O Ministério Público do Estado de Pernambuco, por meio da presente apelação, pretende a anulação do julgamento realizado pelo Tribunal do Júri da Comarca de Igarassu, que absolveu o acusado Ademilson José Geraldo da acusação de haver praticado o crime inserto no art. 121, §2º, I e IV do CP.

Sustenta ter sido o julgamento manifestamente contrário à prova dos autos, pois todo o conjunto probatório traz certeza quanto à autoria do crime.

Inicialmente, é de se ter em mente que para que se caracterize o julgamento manifestamente contrário à prova dos autos é preciso que tenham os jurados acolhido tese diametralmente oposta a toda e qualquer prova constante dos autos, sob pena de afronta ao preceito constitucional da soberania dos veredictos. *A contrario sensu*, não se configura a hipótese do art. 593, III, d do CPP quando o conselho de sentença acolhe uma das versões apresentadas no

19



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

152

219

juízo, suficientemente respaldada pela prova produzida durante a instrução processual.

A respeito, transcrevo jurisprudência do eg. STJ:

PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO -  
DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÕES CORPORAIS SEGUIDAS DE MORTE  
- VERSÃO CONTIDA NA PROVA DOS AUTOS ACOLHIDA PELOS  
JURADOS E CASSADA PELO TRIBUNAL A QUO - IMPOSSIBILIDADE.  
ORDEN CONCEDIDA.

1. Os Jurados são os juízes naturais para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assim, se acolhem versão constante dos autos, ainda que outra exista, sua decisão não é manifestamente contrária à prova dos autos.

2. Manifestamente contrária à prova dos autos é o julgamento que acolhe versão não contida no processo, decorrendo de mera imaginação dos Jurados.

3- Ordem concedida para anular o acórdão do Tribunal a quo e restabelecer a decisão do Conselho de Sentença. (HC 91.551, Rel. Min. Jane Silva (convocada TJ/MG), DJ de 07.02.2008, p. 1)

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. DECISÃO  
FUNDAMENTADA EM PROVA TESTEMUNHAL COLHIDA NO  
INQUÉRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. SOBERANIA DO VEREDICTO.  
NULIDADE. NÃO-OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO DE  
INCONSTITUCIONALIDADE DE TODO O § 1º DO ART. 2º DA LEI  
8.072/90 PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.  
PROGRESSÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA.  
POSSIBILIDADE. ORDEN DENEGADA. CONCESSÃO DE OFÍCIO.

1. Não há falar em ausência de fundamentação, nem em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, na hipótese em que o conselho de sentença, acolhendo uma das versões apresentadas no julgamento, concluiu pela autoria do crime, com base nas provas testemunhais colhidas na fase investigatória.

2. O tribunal de apelação somente poderia anular o julgamento do júri se a decisão do conselho de sentença, distanciando-se da prova dos autos, fosse absurda, arbitrária, teratológica, o que não ocorreu na espécie.

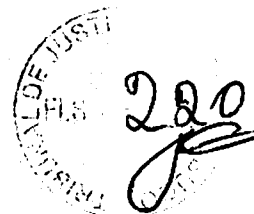
(...) (HC 44374, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, DJ de 10.12.2007, p. 401)

MP



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

153



No caso dos autos, ao acusado é imputada a conduta de ter desferido golpes de faca peixeira contra a vítima, Roberto Luiz da Silva, "trator", no dia 10/07/06.

De acordo com a peça acusatória, após se desentender com terceira pessoa, o acusado encontrou com a vítima, a qual estava sendo carregada por Maro e Val, em razão de sua embriaguez, e, armado com uma faca, anunciou aos presentes que iria "furar" quem aparecesse na sua frente. Diante da referida ameaça Maro e Val correram, deixando a vítima no chão.

Momentos após tal fato, o acusado chegou na residência de Cal Maleta com uma faca na bainha e a entregou a Patrício, em face do seu pedido. Somente depois da notícia da morte da vítima é que Patrício retirou a faca da bainha e percebeu que a faca estava suja de sangue.

De fato, como assenta o apelante, os elementos dos autos indicam ser o apelado o autor do homicídio. Assim, narrou a testemunha Cláudio José Alcântara:

(...) que Dinho lhe disse que o acusado estava lhe furar; que Dinho lhe disse também que estavam vindo com a vítima carregada quando apareceu o acusado querendo furar Dinho; que Dinho lhe disse ainda que a vítima não conseguiu correr e ficou no chão(...);(fls. 123)

A seu turno, a defesa não traz qualquer elemento probatório a corroborar a sua tese de negativa de autoria.

Assim, entendo que, de fato, a decisão do júri foi eminentemente contrária à prova dos autos, vez que não está embasada em qualquer dos



154

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**



elementos probatórios, o que autoriza a sua reforma, com a devolução dos autos para que seja o réu submetido a novo julgamento.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso.

Recife, 05 de 05 de 2008.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Revisor